

Anderson Schreiber

Apresentação

Manual de Direito Civil

Contemporâneo

3ª edição

2020

saraiva 



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteadó
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Iris Ferrão
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Verônica Pivisan Reis
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
---------------------------------------	--

Diagramação	Fernando Ribeiro
Revisão	Ana Paula Felipe
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Schreiber, Anderson

Manual de direito civil: contemporâneo / Anderson Schreiber. – 3. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
1.136 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1487-7 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0151

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 6-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 806174 CAE 666996

Índice

Apresentação	5
---------------------------	---

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO 1 – Direito Civil e Ordenamento Jurídico

1. Unidade da ordem jurídica	45
2. Ramos do direito	45
3. Utilidade dos ramos do direito	46
4. O que é o direito civil?.....	47
5. Direito civil e liberalismo	47
6. As grandes codificações.....	48
7. A influência das grandes codificações na América Latina	49
8. Raízes do direito civil brasileiro	50
9. Intervenção do Estado e leis especiais.....	52
10. Constituição de 1988	52
11. Direito civil-constitucional	53
12. Código Civil de 2002.....	55
13. Alguns equívocos do Código Civil	56
14. Futuro do direito civil	57
15. Funcionalização dos institutos jurídicos	57
16. O papel do civilista	58

CAPÍTULO 2 – A Norma Jurídica

1. Fontes do direito.....	61
2. Pluralidade de fontes normativas	63
3. Vigência da lei	63
4. Vigência da lei no espaço	64

5. Eleição da lei aplicável nos negócios jurídicos	66
6. Vigência da lei no tempo	67
7. Revogação, ab-rogação e derrogação	67
8. Repristinação	67
9. Irretroatividade da lei	68
10. Proteção ao direito adquirido (Gabba)	68
11. A teoria objetiva de Roubier	69
12. Direito transitório no Brasil	69
13. Sacralização do direito adquirido	70
14. De volta à irretroatividade da lei	71

CAPÍTULO 3 – Interpretação da Norma Jurídica

1. Interpretação das normas jurídicas	73
2. <i>In claris fit interpretatio</i>	74
3. Escola da Exegese	74
4. Escola Histórica	74
5. Pandectística	75
6. Escola do Direito Livre	75
7. Uso alternativo do direito e o chamado direito alternativo	76
8. A interpretação hoje	77
9. Elementos de interpretação	77
10. Integração do direito	79
11. Analogia <i>legis</i>	80
12. Costume	81
13. Princípios gerais do direito (analogia <i>iuris</i>)	81
14. Integração-interpretação-aplicação como processo unitário	82

CAPÍTULO 4 – A Relação Jurídica

1. Relação jurídica	85
2. Situações jurídicas subjetivas	86
3. Direito subjetivo: apogeu e crise	87
4. Dever jurídico	89
5. Direito potestativo	89
6. Faculdade jurídica	90
7. Poder jurídico	90

8. Interesse legítimo	91
9. Ônus.....	92
10. Pretensão	93
11. Estado pessoal (<i>status</i>).....	93
12. De volta à relação jurídica.....	94
13. Elementos da relação jurídica.....	94
14. O problema do sujeito da relação jurídica.....	95

CAPÍTULO 5 – A Pessoa Humana

1. Pessoa humana	97
2. Distinção em relação às pessoas jurídicas	98
3. Personalidade em sentido subjetivo	98
4. Personalidade em sentido objetivo	99
5. Início da personalidade	99
6. Tutela dos interesses do nãscituro.....	99
7. Proteção jurídica dos embriões	101
8. A questão do aborto.....	102
9. Aborto de fetos anencéfalos (ADPF 54).....	103
10. O chamado direito de não nascer.....	104
11. Capacidade	106
12. Capacidade de direito	106
13. Capacidade de fato	107
14. Incapacidade absoluta × relativa.....	108
15. Incapacidade × falta de legitimação	108
16. Releitura das incapacidades	108
17. Interdição	110
18. Emancipação.....	110
19. Estatuto da Pessoa com Deficiência	111
20. Fim da personalidade	113
21. Eutanásia	114
22. Testamento biológico	115
23. Comoriência.....	117
24. Morte civil × morte presumida.....	118
25. Ausência	118
26. Fases da ausência	119
27. Efeitos existenciais da ausência.....	120
28. Retorno do ausente ou desaparecido	121

CAPÍTULO 6 – Direitos da Personalidade

1. Dignidade da pessoa humana	123
2. Autonomia existencial	125
3. O lançamento de anão	126
4. Direitos da personalidade	128
5. Características dos direitos da personalidade	129
6. Autolimitação aos direitos da personalidade	130
7. Direitos da personalidade no Código Civil de 2002	131
8. Direito ao próprio corpo	132
9. Mercado humano	133
10. O caso Moore	134
11. Exigência médica	134
12. Cirurgias de transgenitalização	135
13. <i>Wannabes</i>	136
14. Consentimento informado	136
15. Direito à privacidade	137
16. Proteção de dados pessoais	138
17. Direito ao nome	140
18. Direito à identidade pessoal	140
19. Direito à identidade pessoal das pessoas transgênero	141
20. Direito à honra	143
21. Direito de sátira	143
22. Direito à imagem	145
23. Colisão entre direitos da personalidade e liberdade de informação	147
24. A questão das biografias	150
25. Direito ao esquecimento	151
26. Instrumentos de tutela da personalidade	153
27. Tutela <i>post mortem</i> da personalidade	154
28. A marcha infinita da personalidade	156

CAPÍTULO 7 – A Pessoa Jurídica

1. Conceito	157
2. Natureza jurídica	158
3. Personificação do ente coletivo	160
4. Direitos da personalidade da pessoa jurídica: crítica	160
5. Função social da empresa	161
6. Classificação	162
7. Sociedades	162

8. EIRELIs	163
9. Associações	165
9.1. Início e extinção das associações	165
9.2. Associações na jurisprudência	166
10. Fundações	168
10.1. Início e extinção das fundações	169
11. Desconsideração da personalidade jurídica	170
12. Entes não personalizados	173

CAPÍTULO 8 – Domicílio

1. Conceito	175
2. Importância	176
3. Indeclinabilidade	177
4. Pluralidade de domicílios	177
5. Mudança de domicílio	177
6. Domicílio da pessoa jurídica	178
7. Espécies de domicílio	178
7.1. Domicílio civil × político	178
7.2. Domicílio profissional	179
7.3. Domicílio voluntário × necessário (e legal)	179
7.4. Domicílio geral × especial	180
8. Domicílio em uma leitura civil-constitucional	181

CAPÍTULO 9 – Bens

1. Bens ou coisas	183
2. Tendências atuais	185
3. Direito dos animais	186
4. Os bens no Código Civil de 2002	187
5. Bens móveis e imóveis	188
6. Definição de bens imóveis	189
7. Definição de bens móveis	190
8. Bens fungíveis e infungíveis	190
9. Infungibilidade dos bens imóveis	191
10. Efeitos da distinção	191
11. Bens consumíveis e inconsumíveis	192
12. Efeitos da distinção	193
13. Bens divisíveis e indivisíveis	193
14. Bens singulares e coletivos	194

15. Patrimônio.....	195
16. Bens principais e acessórios.....	196
17. Princípio da gravitação jurídica.....	196
18. Frutos e produtos.....	197
19. Benfeitorias.....	198
20. O problema das pertenças.....	199
21. Bens públicos.....	201
22. Bem de família.....	202
23. Evolução jurisprudencial do bem de família.....	204
24. Bem de família e <i>venire contra factum proprium</i>	206

CAPÍTULO 10 – Fato Jurídico

1. Fato jurídico.....	209
2. Crítica.....	210
3. Classificação dos fatos jurídicos.....	211
4. Fatos lícitos e ilícitos.....	211
5. Fatos lícitos.....	211
6. Ato jurídico em sentido estrito.....	213
7. Teoria do ato-fato.....	214
8. Análise funcional dos atos lícitos.....	215
9. Ato ilícito.....	215
10. Excludentes de ilicitude.....	216
11. Abuso do direito.....	217
12. Abuso do direito e boa-fé objetiva.....	217
13. Concepção objetiva do abuso do direito.....	218
14. Exemplos de aplicação jurisprudencial do abuso de direito.....	219
15. Ato abusivo x ato ilícito.....	220
16. Sistematização da teoria.....	222
17. Juízo de merecimento de tutela.....	222

CAPÍTULO 11 – Negócio Jurídico

1. Negócio jurídico.....	223
2. Crítica ao negócio jurídico.....	224
3. A nova autonomia privada.....	226
4. Três planos do negócio jurídico.....	228
5. Plano de existência.....	228
6. Plano de validade.....	229

6.1.	A forma do negócio jurídico	229
6.2.	Liberalidade das formas	230
6.3.	Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i>	231
6.4.	Forma × formalismo	231
6.5.	Causa do negócio jurídico	232
7.	Plano de eficácia	234
7.1.	Modalidades do negócio jurídico	234
7.2.	Condição	235
7.3.	Condição suspensiva × resolutiva	235
7.4.	Condição puramente potestativa	236
7.5.	Condição simplesmente potestativa	237
7.6.	Condição perplexa	237
7.7.	Condição impossível	238
7.8.	Termo	238
7.9.	Efeitos do termo	239
7.10.	Distinção entre termo e condição	239
7.11.	Encargo	240
7.12.	Efeitos do encargo	241
8.	Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais	241
9.	Interpretação do negócio jurídico	241
10.	Representação	244
10.1.	<i>Procuratio</i>	245
10.2.	<i>Contemplatio domini</i>	245
10.3.	Representação × interposição	246
10.4.	Representação sem mandato	246
10.5.	Conflito de interesses	247
10.6.	Representante aparente	248

CAPÍTULO 12 – Defeitos do Negócio Jurídico

1.	Defeitos do negócio jurídico	249
2.	Erro	250
2.1.	Erro substancial	250
2.2.	Erro incidental	251
2.3.	Erro escusável	251
2.4.	Erro perceptível	252
2.5.	Perceptibilidade × escusabilidade do erro	253
2.6.	Erro de direito	254

2.7.	Exemplo de erro de direito.....	255
2.8.	Erro sobre motivo.....	255
2.9.	Teoria da pressuposição.....	256
2.10.	Conservação do negócio anulável por erro.....	258
3.	Dolo.....	259
3.1.	Dolo principal × dolo incidental.....	259
3.2.	<i>Dolus bonus</i>	259
3.3.	Dolo por omissão.....	260
3.4.	Dolo recíproco.....	260
4.	Coação.....	260
4.1.	<i>Vis compulsiva</i> × <i>vis absoluta</i>	261
4.2.	Avaliação da ameaça.....	261
4.3.	Supressão da equivalência do dano.....	261
5.	Lesão.....	262
5.1.	Elemento objetivo da lesão: desequilíbrio entre as prestações.....	264
5.2.	Elemento subjetivo da lesão: necessidade ou inexperiência.....	265
5.3.	Lesão e princípio do equilíbrio contratual.....	266
5.4.	Conservação do negócio jurídico.....	267
5.5.	Lesão e Código de Defesa do Consumidor.....	268
6.	Estado de perigo.....	268
6.1.	Elemento objetivo do estado de perigo: obrigação excessivamente onerosa.....	269
6.2.	Elemento subjetivo do estado de perigo: conhecida necessidade de salvar-se.....	269
6.3.	Conservação do negócio jurídico celebrado em estado de perigo.....	270
7.	Fraude contra credores.....	270
7.1.	<i>Eventus damni</i> e <i>consilium fraudis</i>	271
7.2.	Transmissão gratuita.....	272
7.3.	Transmissão onerosa.....	272
7.4.	Fraude contra credores × outras espécies de fraude.....	272
7.5.	Efeitos da fraude contra credores.....	273
8.	Ainda sobre os defeitos do negócio jurídico.....	273

CAPÍTULO 13 – Invalidade do Negócio Jurídico

1.	Invalidade do negócio jurídico.....	275
2.	Distinção entre nulidade e anulabilidade.....	275

3. Causas de nulidade	277
4. Simulação	277
4.1. Elementos da simulação	278
4.2. Simulação inocente	278
4.3. Simulação absoluta × relativa (dissimulação)	279
4.4. Preservação do negócio jurídico dissimulado	279
4.5. Hipóteses de simulação	279
4.6. Alegação por quem simula	280
4.7. Terceiros de boa-fé	280
4.8. Exemplo jurisprudencial de simulação	281
5. Princípio da conservação dos negócios jurídicos	281
6. Conversão do negócio jurídico	282
7. Exemplos de conversão do negócio jurídico	282
8. Conversão substancial × formal	283
9. Conversão legal	284
10. Crítica aos requisitos da conversão	284
11. Redução do negócio jurídico	284
12. Atenuação dos rigores da nulidade diante do comportamento das partes	285
13. Necessidade de revisão crítica da teoria das nulidades	287
14. Teoria da inexistência	287
15. Crítica à teoria da inexistência	288
16. Negócios jurídicos inexistentes na jurisprudência	289

CAPÍTULO 14 – Prescrição e Decadência

1. Prescrição e decadência	291
2. Prescrição	292
2.1. Prescrição aquisitiva	292
2.2. Prescrição extintiva: três correntes	292
2.3. Conceito de prescrição	294
2.4. Duplo fundamento: releitura à luz dos valores constitucionais	294
2.5. Interrupção da prescrição	295
2.6. Taxatividade das causas de interrupção	297
2.7. Reinício do prazo	297
2.8. “Uma única vez”	297
2.9. Pretensões contra a Fazenda Pública	298
2.10. Impedimento e suspensão da prescrição	299

2.11. Taxatividade das causas de impedimento e suspensão	300
2.12. Ausência de pretensão	300
2.13. Inalterabilidade dos prazos prescricionais	301
2.14. Reconhecimento <i>ex officio</i>	301
2.15. Renúncia à prescrição	302
2.16. Termo inicial dos prazos prescricionais	303
2.17. Prazos prescricionais	303
2.18. Pretensões imprescritíveis	305
2.19. Prescrição e danos morais	305
3. Decadência	307
3.1. Fatalidade do prazo decadencial	308
3.2. Irrenunciabilidade e inalterabilidade do prazo decadencial	309
3.3. Reconhecimento <i>ex officio</i>	309
3.4. Decadência convencional	309
3.5. Prazos de decadência	309
3.6. Legislação especial	310
4. Prescrição e decadência sob a ótica civil-constitucional	311
5. Extinção de direitos <i>antes</i> do prazo e exercício de direitos <i>após</i> o prazo decadencial ou prescricional	311

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 15 – Obrigações

1. Direito das obrigações	317
2. Conceito de obrigação	317
3. Relação obrigacional	318
4. Fonte das obrigações	318
5. Elementos da obrigação	319
6. Função da obrigação	320
7. Patrimonialidade da obrigação	320
8. Débito e responsabilidade	321
9. Obrigação natural	321
10. Obrigação <i>propter rem</i> = ônus reais	322
11. Modalidades de obrigações	323
11.1. Obrigação de dar	324
11.1.1. Obrigação de dar coisa certa	324
11.1.2. Obrigação de dar coisa incerta	325

11.2. Obrigação de fazer	325
11.3. Obrigação de não fazer	327
12. Obrigações cumulativas e alternativas	327
13. Escolha, concentração e especificação.....	328
14. Obrigação facultativa ou com faculdade de substituição	329
15. Obrigações com pluralidade de sujeitos.....	329
16. Obrigações indivisíveis	330
17. Obrigações solidárias	331
18. Solidariedade legal	331
19. Solidariedade convencional	332
20. Solidariedade ativa e passiva.....	333
21. Natureza jurídica da solidariedade.....	333
22. Renúncia à solidariedade	334
23. Transmissão das obrigações	335
24. Cessão de crédito e assunção de dívida	336
25. Eficácia da cessão de crédito	337
26. Cessão <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	337
27. Assunção de dívida.....	338
28. Assunção por expromissão e por delegação	338
29. Adjunção ou adesão à dívida.....	338
30. Cessão de posição contratual.....	339
31. Obrigações intransmissíveis	340
32. Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	340

CAPÍTULO 16 – Adimplemento das Obrigações

1. Adimplemento das obrigações	343
2. Tríplex transformação do adimplemento	344
3. Requisitos do pagamento	345
3.1. Quem deve pagar	345
3.2. A quem se deve pagar.....	346
3.3. Objeto do pagamento	346
3.4. Lugar do pagamento	346
3.5. Tempo do pagamento.....	347
4. Prova do pagamento: quitação	348
5. Presunção de pagamento	348
6. Modalidades indiretas de pagamento	349
6.1. Pagamento em consignação	349

6.2. Pagamento com sub-rogação	350
6.3. Imputação do pagamento	350
6.4. Dação em pagamento.....	351
7. Modos de extinção da obrigação diversos do adimplemento	352
7.1. Novação	353
7.2. Compensação	354
7.3. Confusão.....	356
7.4. Remissão de dívida	358

CAPÍTULO 17 – Inadimplemento das Obrigações

1. Inadimplemento	361
2. Inadimplemento absoluto × mora.....	362
3. Mora.....	363
4. Requisitos da mora do devedor.....	364
5. Requisitos da mora do credor.....	364
6. Termo inicial da mora	365
6.1. Mora <i>ex re</i>	365
6.2. Mora <i>ex persona</i>	366
6.3. Mora em obrigações decorrentes de ato ilícito	367
7. Mora em obrigações negativas	368
8. Purga × cessação da mora	369
9. Inadimplemento antecipado	369
10. Efeitos do inadimplemento antecipado.....	371
11. Violação positiva do contrato	372
12. Teoria do adimplemento substancial	374
13. Crítica à avaliação matemática do adimplemento substancial.....	375

CAPÍTULO 18 – Efeitos do Inadimplemento

1. Efeitos do inadimplemento relativo (mora).....	379
2. Efeitos do inadimplemento absoluto	380
3. Perdas e danos	380
3.1. Dano emergente	381
3.2. Lucros cessantes.....	381
3.3. Interesse contratual positivo e negativo	382
3.4. Caráter subsidiário das perdas e danos	382
3.5. Dano moral decorrente de inadimplemento	383
3.6. Caso fortuito ou força maior	383

3.7. Fortuito interno.....	384
3.8. Cláusulas limitativas ou excludentes do dever de indenizar.....	384
4. Juros moratórios.....	385
4.1. Taxa legal de juros.....	386
4.2. SELIC × CTN.....	387
4.3. Desnecessidade de alegação de prejuízo.....	390
4.4. Termo inicial dos juros moratórios.....	390
5. Correção monetária.....	391
6. Cláusula penal.....	391
6.1. Obrigação acessória.....	393
6.2. Cláusula penal compensatória × moratória.....	394
6.3. Valor da cláusula penal.....	394
6.4. Desnecessidade de alegação do prejuízo.....	395
6.5. Indenização suplementar.....	396
6.6. Redução equitativa da cláusula penal.....	396
7. Arras.....	398
7.1. Arras confirmatórias × penitenciais.....	399
7.2. Pacto acessório e real.....	400
7.3. Distinção entre arras penitenciais e cláusula penal.....	400
7.4. Arras penitenciais e direito do consumidor.....	401
7.5. Redução equitativa das arras.....	402

CAPÍTULO 19 – Enriquecimento sem Causa

1. Pagamento indevido.....	403
2. <i>Indebitum ex re × indebitum ex persona</i>	404
3. Pagamento indevido e entrega de imóvel.....	405
4. Pagamento indevido e dívida condicional.....	405
5. Pagamento indevido e obrigação natural.....	405
6. Pagamento indevido para fim ilícito.....	406
7. Enriquecimento sem causa.....	406
8. Requisitos do enriquecimento sem causa.....	408
9. Justa causa.....	409
10. Caráter subsidiário da <i>actio in rem verso</i>	410
11. Teoria do duplo limite.....	411
12. Lucro da intervenção.....	411
12.1. Enquadramento sistemático.....	412
12.2. Cumulatividade das pretensões restitutória e reparatória.....	413
12.3. Quantificação da obrigação de restituir o lucro da intervenção.....	413

CAPÍTULO 20 – Contratos: Noções Gerais

1. Contrato: origens.....	415
2. Consensualismo.....	416
3. O contrato no liberalismo jurídico	418
4. A morte do contrato?	419
5. O contrato no direito contemporâneo.....	422
6. Princípios tradicionais do direito dos contratos.....	424
7. Novos princípios do direito dos contratos.....	426
7.1. Boa-fé objetiva.....	427
7.1.1. Superutilização da boa-fé	428
7.1.2. <i>Venire contra factum proprium</i>	429
7.1.3. <i>Verwirkung</i> ou <i>suppressio</i>	430
7.2. Função social do contrato	431
7.3. Equilíbrio contratual	435
8. Princípio da intervenção mínima?	438
9. O contrato-fato.....	440
10. Classificação dos contratos	442
10.1. Contratos bilaterais e unilaterais	442
10.2. Contratos onerosos e gratuitos	444
10.3. Contratos comutativos e aleatórios	444
10.4. Contratos formais e informais	446
10.5. Contratos consensuais e reais	447
10.6. Contratos típicos e atípicos	449
10.7. Contratos de execução instantânea, diferida e continuada ..	449
10.8. Contratos relacionais e contratos cativos de longa duração	451
10.9. Contratos preliminares e definitivos.....	452
10.10. Contratos de adesão e contratos paritários	453
10.11. As chamadas condições contratuais gerais	455
10.12. Contratos principais e acessórios	457
10.13. Contratos coligados e redes contratuais	458
10.14. Contratos incompletos	459
10.15. Contratos eletrônicos	460
10.16. A alegada distinção entre contratos civis e contratos de consumo.....	463
10.17. A alegada distinção entre contratos civis e contratos empre- sariais	466

CAPÍTULO 21 – Formação e Interpretação dos Contratos

1. A formação do contrato no direito brasileiro.....	469
2. A proposta.....	471
3. Retratação e aditamento da proposta.....	472
4. Oferta ao público.....	473
5. <i>Invitatio ad offerendum</i>	474
6. A aceitação.....	474
7. Momento de formação do contrato.....	475
8. Lugar do contrato.....	477
9. A escolha da lei aplicável ao contrato.....	478
10. Negociações preliminares e responsabilidade pré-contratual.....	480
11. Um caso emblemático: o caso dos tomates.....	481
12. Carta de intenções e memorando de entendimentos.....	483
13. Acordos de confidencialidade.....	483
14. Contrato preliminar ou pré-contrato.....	485
15. Execução específica do contrato preliminar.....	486
16. Estipulação em favor de terceiro e promessa de fato de terceiro ...	487
17. Contrato com pessoa a declarar.....	488
18. Tutela externa do crédito.....	489
19. Interpretação dos contratos.....	492

CAPÍTULO 22 – Extinção dos Contratos

1. Extinção dos contratos.....	495
2. Resilição e resolução.....	496
3. Resilição.....	496
3.1. Resilição bilateral: distrato.....	496
3.2. Resilição unilateral.....	498
3.3. Resilição unilateral convencional.....	498
3.4. Denúncia.....	499
3.5. Suspensão de eficácia da denúncia.....	499
4. Resolução.....	500
4.1. Cláusula resolutiva tácita ou expressa.....	500
4.2. Controle do exercício do direito de resolução.....	502
5. Resolução contratual por onerosidade excessiva.....	503
5.1. Antecedentes teóricos.....	503
5.1.1. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	504
5.1.2. Teoria da pressuposição.....	505

5.1.3.	Teorias da base do negócio	505
5.1.4.	Teoria da imprevisão	507
5.1.5.	<i>Doctrine of frustration</i>	509
5.1.6.	Teoria da excessiva onerosidade	511
5.2.	Desequilíbrio contratual superveniente no direito brasileiro	512
5.3.	Requisitos	513
5.3.1.	Contratos de execução continuada ou diferida.....	513
5.3.2.	Onerosidade excessiva	514
5.3.3.	Extrema vantagem.....	515
5.3.4.	Fatos imprevisíveis e extraordinários	517
5.4.	Efeitos.....	521
5.4.1.	Resolução do contrato	521
5.4.2.	Revisão judicial do contrato	523
5.5.	Dever de renegociar	524
6.	Frustração do fim do contrato	525
7.	Exceção do contrato não cumprido.....	526
8.	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	527
9.	Exceção de insegurança	527
10.	Vícios redibitórios	528
11.	Evicção.....	530
12.	Responsabilidade pós-contratual.....	532

CAPÍTULO 23 – Contratos em Espécie

1.	Contratos em espécie.....	534
2.	Qualificação contratual.....	534
3.	Compra e venda	535
3.1.	Elementos da compra e venda	536
3.2.	Classificação	538
3.3.	Efeito obrigacional da compra e venda	538
3.4.	Invalidade da compra e venda	539
3.5.	Compra e venda <i>ad corpus</i> x <i>ad mensuram</i>	539
3.6.	Pactos adjetos à compra e venda	540
3.6.1.	Retrovenda	540
3.6.2.	Venda a contento ou sujeita a prova.....	541
3.6.3.	Preempção ou preferência	542
3.6.4.	Venda com reserva de domínio	544
3.6.5.	Venda sobre documentos	544
3.7.	Compra e venda internacional de mercadorias	545

4. Troca ou permuta	547
5. Estimatório	548
6. Doação	549
6.1. Objeto da doação	551
6.2. <i>Animus donandi</i>	551
6.3. Forma escrita	552
6.4. Classificação	552
6.5. Espécies de doação	552
6.6. Invalidade das doações	554
6.7. Revogação da doação	555
6.8. Promessa de doação	557
7. Locação	557
7.1. Características	558
7.2. Locações especiais	558
7.3. Disciplina geral da locação	559
7.3.1. Elementos da locação	560
7.3.2. Efeitos	560
7.3.3. Extinção	560
7.4. Locação de imóveis urbanos	561
7.4.1. Características	562
7.4.2. Elementos	562
7.4.3. Efeitos	562
7.4.4. Fiança e outras garantias	564
7.4.5. Cessão e sublocação	565
7.4.6. <i>Shopping center</i>	565
7.4.7. Extinção	567
8. <i>Leasing</i>	567
9. Comodato	570
9.1. Características	570
9.2. Elementos	571
9.3. Efeitos	572
9.4. Extinção	572
10. Mútuo	573
10.1. Características	573
10.2. Elementos	575
10.3. Efeitos	575
10.4. Mútuo de dinheiro	576
10.5. Extinção	579

11. Prestação de serviços	579
11.1. Características	581
11.2. Elementos	581
11.3. Tutela externa do crédito	582
11.4. Extinção	583
12. Empreitada.....	584
12.1. Elementos	585
12.2. Características	585
12.3. Efeitos	586
12.4. Variação de preços e risco do empreiteiro	586
12.5. Extinção × suspensão	587
12.6. Responsabilidade do empreiteiro	588
12.7. Proteção do autor do projeto.....	589
13. Depósito	589
13.1. Espécies de depósito	590
13.2. Efeitos.....	591
13.3. Direito de retenção	592
13.4. Uso da coisa depositada	592
13.5. Extinção	592
13.6. Prisão civil do depositário infiel	593
14. Mandato	594
14.1. Elementos	595
14.2. Características.....	596
14.3. Procuração.....	597
14.4. Conflito de interesses	597
14.5. Espécies de mandato.....	598
14.6. Efeitos do mandato.....	599
14.7. Atuação <i>ultra vires mandati</i>	600
14.8. Abuso de poder do mandatário.....	600
14.9. Substabelecimento.....	601
14.10. Extinção do mandato	601
14.11. Procuração em causa própria.....	602
14.12. Mandato judicial.....	603
15. Comissão	604
15.1. Elementos	605
15.2. Características	606
15.3. Efeitos da comissão	606
15.4. Cláusula <i>del credere</i>	606
15.5. Extinção	607

16. Agência	607
16.1. Elementos	608
16.2. Características	610
16.3. Efeitos.....	610
16.4. Extinção	611
17. Distribuição.....	612
17.1. Distribuição e concessão mercantil	613
18. Corretagem	613
18.1. Elementos	614
18.2. Características.....	615
18.3. Efeitos.....	615
18.4. Extinção	616
18.5. O problema do registro do corretor.....	617
19. Transporte	617
19.1. Elementos	618
19.2. Características	619
19.3. Efeitos.....	620
19.3.1. Transporte de pessoas	620
19.3.2. Transporte de coisas	622
19.4. Responsabilidade civil do transportador aéreo	622
19.5. Transporte cumulativo.....	623
19.6. Extinção	624
20. Seguro.....	625
20.1. Espécies.....	625
20.2. Elementos	625
20.3. Características	626
20.4. Efeitos.....	627
20.5. Efeitos sobre terceiros	628
20.6. A boa-fé no contrato de seguro	629
20.7. Cláusula perfil.....	630
20.8. Seguro de vida do companheiro.....	632
20.9. A questão do suicídio no seguro de vida.....	632
20.10. Acidentes provocados por embriaguez	633
20.11. Cosseguro e resseguro	634
20.12. Extinção do contrato de seguro	634
21. Constituição de renda.....	635
21.1. Elementos	635
21.2. Características	636

21.3. Efeitos.....	636
21.4. Extinção	637
22. Jogo e aposta	637
22.1. Características	638
22.2. Efeitos.....	638
23. Fiança.....	640
23.1. Elementos	640
23.2. Características.....	641
23.3. Efeitos.....	641
23.4. Benefício de ordem ou excussão.....	642
23.5. Benefício de divisão	642
23.6. Outorga uxória ou marital para fiança.....	642
23.7. Sub-rogação do fiador	643
23.8. Responsabilidade do fiador na prorrogação do contrato de locação.....	643
23.9. Penhorabilidade do imóvel do fiador	643
23.10. Extinção	644
24. Transação.....	645
25. Compromisso.....	646

CAPÍTULO 24 – Responsabilidade Civil

1. Responsabilidade por ato ilícito ou responsabilidade subjetiva	647
2. Análise dos elementos do ato ilícito	648
3. Culpa	649
3.1. Da culpa psicológica à culpa normativa	649
3.2. Irrelevância dos graus de culpa	649
3.3. Culpa desproporcional: parágrafo único do art. 944.....	650
3.4. Responsabilidade objetiva ou sem culpa.....	650
3.5. Responsabilidade objetiva no Brasil.....	652
3.6. Cláusula geral de responsabilidade objetiva por atividades de risco	653
4. Dano.....	655
4.1. Certeza e atualidade do dano	656
4.2. Espécies de dano.....	656
4.3. Dano patrimonial.....	656
4.4. Perda da chance	658
4.5. Dano moral.....	660

4.6.	Um caso emblemático	660
4.7.	O chamado dano moral <i>in re ipsa</i>	661
4.8.	Quantificação do dano moral	663
4.9.	<i>Punitive damages</i>	664
4.10.	Dano moral à pessoa jurídica	666
4.11.	O chamado dano moral coletivo	667
5.	Nexo de causalidade	670
5.1.	Teoria da causa direta e imediata	670
5.2.	Subteoria da <i>necessariedade causal</i>	671
5.3.	A flexibilização do nexo causal	671
5.4.	Teoria da causalidade alternativa	672
5.5.	Excludentes de causalidade	673
6.	Erosão dos filtros da <i>reparação</i>	674
7.	Dever de reparar	675
8.	Reparação não pecuniária dos danos <i>morais</i>	676
8.1.	Retratação pública	676
8.2.	Retratação privada	677
8.3.	Outros meios não pecuniários de <i>reparação</i>	679
9.	Responsabilidade contratual × <i>extracontratual</i>	681
10.	Mitigação do próprio dano	683
11.	Responsabilidade solidária entre os <i>coautores</i>	684
12.	Regras especiais de responsabilidade civil	684
12.1.	Responsabilidade por fato de terceiro	685
12.2.	Responsabilidade civil do <i>incapaz</i>	686
12.3.	Responsabilidade <i>pelo fato das coisas</i>	688
12.4.	Responsabilidade <i>pelo fato dos animais</i>	689
12.5.	Responsabilidade do <i>empresário</i> pelos danos causados por produtos postos em <i>circulação</i>	690
12.6.	Responsabilidade civil do <i>Estado</i>	691
13.	Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal	694
 CAPÍTULO 25 – Direito do Consumidor		
1.	Direito do consumidor	697
2.	Relação de <i>consumo</i>	698
3.	Fornecedor	698
4.	Consumidor	699
5.	Consumidor por equiparação	700

6. Direitos básicos do consumidor	701
7. Proteção à saúde e segurança do consumidor	701
8. Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço	702
9. Dicotomia entre fato e vício do produto ou serviço	704
10. Riscos de desenvolvimento	705
11. Desconsideração da personalidade jurídica	706
12. Proteção contratual do consumidor	707

CAPÍTULO 26 – Atos Unilaterais e Preferências Creditórias

1. Conceito de atos unilaterais	709
2. Promessa de recompensa	710
2.1. Espécies	710
2.2. Requisitos	710
2.3. Revogabilidade	711
2.4. Beneficiário da promessa	711
3. Gestão de negócios	711
3.1. Distinção entre gestão de negócios e mandato	712
3.2. Natureza jurídica da gestão	712
4. Preferências creditórias	713
4.1. Privilégios	713
4.2. Privilégios gerais e especiais	713
4.3. Direitos reais de garantia	714
4.4. Confronto entre preferências	714
4.5. Por um novo tratamento da insolvência	716

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO 27 – Introdução aos Direitos Reais

1. Direitos reais	719
2. Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	720
3. Crítica à distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	721
4. A questão da tipicidade dos direitos reais	724
5. Tipicidade × taxatividade	725
6. Classificação dos direitos reais	726
7. Aquisição de direitos reais	727

CAPÍTULO 28 – Posse

1. O que é a posse.....	729
2. Teorias da posse: Savigny × Ihering.....	730
3. A posse no Código Civil brasileiro.....	733
4. <i>Ius possidendi</i> × <i>ius possessionis</i>	734
5. Autonomia da posse.....	735
6. Função social da posse.....	736
7. Natureza jurídica da posse.....	738
8. Posse direta e <i>indirecta</i>	739
9. Fâmulo da posse.....	739
10. Posse justa e injusta.....	740
11. Interversão da posse.....	740
12. Posse de boa-fé e de má-fé.....	741
13. Justo título.....	741
14. Crítica à expressão posse de má-fé.....	742
15. Composse.....	743
16. Aquisição da posse.....	743
17. Constituto-possessório e cláusula <i>constituti</i>	744
18. Aquisição originária e derivada da posse.....	745
19. Atos de mera <i>tôlerância</i>	745
20. Acessão de posse.....	745
21. Perda da posse.....	745
22. Efeitos da posse.....	746
22.1. Direito aos frutos.....	746
22.2. Direito à indenização e retenção de benfeitorias.....	747
22.3. Posse <i>ad usucapionem</i>	748
22.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	748
22.5. Interditos possessórios.....	749
22.5.1. Ação de manutenção de posse.....	750
22.5.2. Ação de reintegração de posse.....	750
22.5.3. Interdito proibitório.....	751
22.5.4. Procedimento especial ou ordinário.....	751
22.5.5. Fungibilidade das ações possessórias.....	752
22.5.6. Cumulação de pedidos.....	752
22.5.7. Caráter <i>dúplice</i> das ações possessórias.....	752
22.5.8. <i>Exceptio dominii</i>	752
22.5.9. Atualidade dos interditos possessórios.....	753

23. Posse de direitos.....	753
24. Posse de bens incorpóreos	754
25. Posse de bens públicos	754

CAPÍTULO 29 – Propriedade

1. Propriedade.....	757
2. Função social da propriedade.....	759
3. Pluralidade de estatutos proprietários	760
4. Função social da propriedade na Constituição brasileira	760
5. Função social da propriedade no Código Civil	763
6. A chamada expropriação judicial.....	764
6.1. Natureza jurídica controvertida	765
6.2. Aplicação prática	767
6.3. Aplicabilidade a bens públicos	768
7. Perfil estrutural da propriedade.....	769
8. Modos de aquisição da propriedade imóvel.....	770
8.1. Usucapião de bem imóvel	771
8.1.1. Fundamento	773
8.1.2. Coisas usucapíveis.....	773
8.1.3. Requisitos da usucapião	774
8.1.4. Usucapião ordinária ≠ extraordinária	775
8.1.5. Usucapião tabular.....	776
8.1.6. Modalidades especiais de usucapião	776
8.1.7. Usucapião extrajudicial.....	779
8.2. Acessão	779
8.2.1. Acessões ≠ benfeitorias	780
8.2.2. Acessão invertida	781
8.3. Aquisição pelo registro	782
8.3.1. Sistema alemão	782
8.3.2. Sistema francês.....	783
8.3.3. Sistema brasileiro.....	783
8.3.4. Princípios registrais	784
8.3.5. Aspectos formais da transcrição	785
8.3.6. Retificação, anulação e cancelamento do registro....	785

9. Modos de aquisição da propriedade móvel	786
9.1. Ocupação	786
9.1.1. Diferença entre ocupação e descoberta	787
9.2. Achado do tesouro	787
9.3. Especificação	788
9.4. Confusão, comistão e adjunção	788
9.5. Tradição	789
9.6. Usucapião de bem móvel	789
10. Perda da propriedade	789
11. Limitações ao direito de propriedade	790
12. Propriedade resolúvel	792
12.1. Efeitos	793
12.2. Propriedade resolúvel ≠ propriedade <i>ad tempus</i>	793
13. Propriedade fiduciária	793
13.1. Negócio fiduciário ≠ negócio indireto	794
13.2. Usos da propriedade fiduciária	794
13.3. <i>Trust</i>	795
13.4. Alienação fiduciária em garantia	795
14. Fundos de investimento	796

CAPÍTULO 30 – Direito de Vizinhança

1. Direito de vizinhança	799
2. Vizinhança ≠ contiguidade	800
3. Fundamento	800
4. Natureza jurídica	801
5. Disciplina do direito de vizinhança	801
6. Classificação dos direitos de vizinhança	802
7. Uso anormal da propriedade	802
7.1. Teoria da imissão corpórea	802
7.2. Teoria do uso normal	803
7.3. Teoria da necessidade	804
7.4. Teoria mista de San Tiago Dantas	804
7.5. Uso anormal no Código Civil de 2002	805
7.6. Exemplos jurisprudenciais	806
7.7. Instrumentos de tutela	807
8. Direitos especiais de vizinhança	808
9. O futuro do direito de vizinhança	810

CAPÍTULO 31 – Condomínio

1. Condomínio	811
2. Relações internas e externas.....	812
3. Natureza jurídica.....	812
4. Espécies de condomínio	813
5. Condomínio geral	814
5.1. Direitos dos condôminos	814
5.2. Direito de divisão	814
5.3. Renúncia à parte ideal.....	814
5.4. Deveres dos condôminos.....	815
5.5. Administração do condomínio	815
5.6. Extinção do condomínio	816
5.7. Condomínio <i>pro diviso</i>	816
5.8. Condomínio forçado	816
6. Condomínio edilício	817
6.1. Utilidade social	818
6.2. Natureza jurídica	818
6.3. Evolução legislativa	819
6.4. Características	819
6.5. Constituição do condomínio edilício	820
6.6. Convenção de condomínio e regimento interno.....	821
6.6.1. Normas condominiais e valores constitucionais.....	822
6.7. Direitos do condômino no condomínio edilício	823
6.8. Deveres do condômino no condomínio edilício	823
6.9. Administração do condomínio edilício	825
6.10. Síndico	826
6.11. Direito de voto do locatário.....	826
6.12. Exclusão de condômino	826
6.13. Extinção do condomínio edilício	827
6.14. Condomínio de lotes	828
6.15. Condomínio urbano simples	829
7. Condomínio de fato	830
7.1. Loteamento de acesso controlado.....	831
8. Condomínios especiais	831
8.1. Condomínio em multipropriedade	831

8.2. <i>Flat service</i>	833
8.3. <i>Shopping center</i>	833
9. Incorporação imobiliária	834
10. Extinção dos contratos imobiliários (“Lei do Distrato”)	835

CAPÍTULO 32 – Direitos Reais sobre Coisa Alheia

1. <i>Jura in re aliena</i>	839
2. Direito de superfície.....	840
2.1. Dupla disciplina.....	840
2.2. Estatuto da Cidade ≠ Código Civil.....	841
3. Servidões	841
3.1. Servidões contínuas e descontínuas.....	842
3.2. Servidões aparentes e não aparentes.....	842
3.3. Constituição das servidões.....	842
3.4. Exercício das servidões	843
3.5. Extinção das servidões.....	843
3.6. Servidões legais	844
4. Usufruto	844
4.1. Objeto do usufruto	844
4.2. Direitos e deveres do usufrutuário.....	844
4.3. Extinção do usufruto.....	845
4.4. Usufruto legal	845
5. Uso.....	846
6. Habitação	846
7. Direito real de habitação do cônjuge sobrevivente	847
8. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	847
9. Concessão de direito real de uso	849
10. Direito de laje.....	850
11. Direito do promitente comprador	852
11.1. Natureza jurídica.....	853
11.2. Promessa de compra e venda e hipoteca	853
12. Enfitese.....	854

CAPÍTULO 33 – Direitos Reais de Garantia

1. Direitos reais de garantia	855
2. Sequela e preferência	856

3.	Publicidade e especialização	857
4.	Indivisibilidade	858
5.	Acessoriedade	858
6.	Natureza jurídica: <i>jus in re aliena</i>	859
7.	Espécies	860
7.1.	Penhor	860
7.1.1.	Espécies de penhor	861
7.1.2.	Constituição e registro do penhor	861
7.1.3.	Coisa móvel	861
7.1.4.	Direitos do credor pignoratício	862
7.1.5.	Pacto comissório ≠ pacto marciano	863
7.1.6.	Crítica ao pacto marciano	863
7.1.7.	Direito à venda antecipada	864
7.1.8.	Deveres do credor pignoratício	865
7.1.9.	Extinção do penhor	865
7.1.10.	Modalidades especiais de penhor	867
7.1.10.1.	Penhor rural: agrícola e pecuário	867
7.1.10.2.	Penhor industrial ou mercantil	868
7.1.10.3.	Cédula de crédito pignoratício	868
7.1.10.4.	Penhor de direitos	869
7.1.10.5.	Penhor de títulos de crédito	869
7.1.10.6.	Penhor de veículos	870
7.1.10.7.	Penhor legal	871
7.1.10.8.	Penhor de recebíveis	872
7.1.11.	Penhor sucessivo e subpenhor	873
7.2.	Hipoteca	873
7.2.1.	Constituição da hipoteca	874
7.2.2.	Acessoriedade	875
7.2.3.	Espécies	875
7.2.4.	Hipoteca de segundo grau	875
7.2.5.	Eficácia <i>erga omnes</i>	876
7.2.6.	Prazo da hipoteca	877
7.2.7.	Extinção da hipoteca	877
7.2.8.	Cédula hipotecária	878
7.2.9.	Hipoteca cedular	878
7.2.10.	Hipoteca legal	879
7.2.11.	Hipoteca judiciária	879

7.3.	Anticrese.....	880
7.4.	Alienação fiduciária em garantia.....	881
7.4.1.	Natureza jurídica.....	881
7.4.2.	Desdobramento da posse.....	882
7.4.3.	Vedação ao pacto comissório.....	882
7.4.4.	Venda extrajudicial.....	883
7.4.5.	Prisão civil do fiduciante.....	883
7.4.6.	Alienação fiduciária de veículos.....	884

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 34 – Direito de Família

1.	A família.....	887
2.	O direito de família.....	889
3.	Princípios constitucionais da família.....	889
4.	Livre planejamento familiar.....	890
5.	Paternidade responsável.....	891
6.	Papel do Estado na família.....	892
7.	Entidades familiares.....	892
7.1.	<i>Numerus apertus</i>	892
7.2.	Requisitos.....	893
7.3.	Crítica.....	894
7.4.	Famílias simultâneas.....	895
7.4.1.	Unões estáveis simultâneas.....	896
7.4.2.	O problema do concubinato.....	898
7.4.3.	Súmula STF 380.....	900
7.4.4.	Inconstitucionalidade do art. 1.727.....	902
7.4.5.	Companheiro de boa-fé.....	903
8.	Parentesco.....	903
8.1.	Efeitos do parentesco.....	904
8.2.	Linhas e graus de parentesco.....	905
8.3.	Afinidade.....	906
8.4.	Cônjuge e companheiro.....	906
9.	Direitos da criança e do adolescente.....	907
10.	Um caso emblemático.....	909
11.	Filiação.....	909
11.1.	Presunção <i>pater is est</i>	910

11.2.	Reconhecimento de filhos.....	912
11.2.1.	Reconhecimento voluntário.....	912
11.2.2.	Reconhecimento judicial.....	913
11.2.3.	Exame de DNA.....	913
11.2.4.	Relativização da coisa julgada.....	914
11.2.5.	Paternidade socioafetiva.....	914
11.2.6.	Multiparentalidade.....	915
11.2.7.	Efeitos da multiparentalidade.....	916
11.2.8.	Reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva.....	919
11.2.9.	Reconhecimento extrajudicial de multiparentalidade.....	920
11.2.10.	Filiação assistida.....	921
	11.2.10.1. Inseminação artificial homóloga.....	922
	11.2.10.2. Inseminação artificial heteróloga.....	923
	11.2.10.3. Gestação de substituição.....	926
11.3.	Autoridade parental.....	927
11.3.1.	Disciplina normativa.....	928
11.3.2.	Titularidade da autoridade parental.....	928
11.3.3.	Exercício da autoridade parental.....	930
11.3.4.	Guarda.....	930
11.3.5.	Guarda compartilhada.....	931
11.3.6.	Extinção da autoridade parental.....	932
11.3.7.	Suspensão da autoridade parental.....	932
11.3.8.	Perda da autoridade parental.....	933
	11.3.8.1. Castigo imoderado.....	934
	11.3.8.2. Abandono do menor.....	935
	11.3.8.3. Abandono afetivo.....	935
	11.3.8.4. Alienação parental.....	936
	11.3.8.5. Autoalienação parental.....	937
11.4.	Adoção.....	937
11.4.1.	Origens.....	937
11.4.2.	Disciplina normativa.....	938
11.4.3.	Crítica à Lei n. 12.010/2009.....	940
11.4.4.	Interesse do adotando.....	940
11.4.5.	Concordância do adotando maior de 12 anos.....	941
11.4.6.	Consentimento dos pais ou representantes legais do adotando.....	941
11.4.7.	Estágio de convivência.....	941

11.4.8. Processo judicial.....	942
11.4.9. Requisitos do adotante.....	942
11.4.10. Adoção por ascendentes.....	942
11.4.11. Adoção por casal homoafetivo.....	943
11.4.12. Adoção por divorciados.....	944
11.4.13. Efeitos da adoção.....	944
11.4.14. Plena equiparação entre filhos.....	945
11.4.15. Extinção do vínculo com a família original.....	945
11.4.16. Direito ao conhecimento da origem biológica.....	945
11.4.17. Mudança de nome.....	946
11.4.18. Adoção à brasileira.....	946
11.4.19. Adoção internacional.....	946

CAPÍTULO 35 – Casamento

1. Casamento.....	949
2. Natureza jurídica (casamento ≠ contrato).....	950
3. Espécies de casamento.....	952
4. Paradigma da reserva familiar.....	953
5. Capacidade para o casamento.....	954
6. Impedimentos matrimoniais.....	955
7. Causas suspensivas do casamento.....	956
8. <i>Turbatio sanguinis</i>	956
9. Casamento inexistente.....	957
10. Casamento nulo.....	958
11. Casamento anulável.....	958
11.1. Erro essencial.....	958
12. Casamento putativo.....	959
13. Formação do casamento.....	959
14. Efeitos do casamento.....	960
15. Regime de bens.....	960
15.1. Regime legal supletivo.....	961
15.2. Mutabilidade.....	961
15.3. Pacto antenupcial.....	962
15.4. Regime da comunhão universal.....	963
15.4.1. Proventos do trabalho.....	964
15.4.2. Pensão previdenciária.....	964
15.5. Regime da comunhão parcial.....	965

15.6. Regime da separação de bens	966
15.7. Separação legal de bens	966
15.7.1. Súmula 377 do STF	966
15.7.2. Inconstitucionalidade.....	968
15.8. Regime de participação final nos aquestos.....	968
16. Dissolução do casamento	969
16.1. Fim da separação judicial	970
16.2. Divórcio	971
16.2.1. Divórcio extrajudicial.....	972
16.2.2. Divórcio e autoridade parental	972

CAPÍTULO 36 – União Estável e Outras Entidades Familiares

1. União estável	973
2. União estável <i>versus</i> casamento.....	974
3. Características.....	975
4. Relações patrimoniais na união estável.....	976
5. Deveres dos companheiros	976
6. Uniões estáveis simultâneas	977
7. Extinção da união estável.....	978
8. Outras entidades familiares	979
9. União homoafetiva.....	979
10. Casamento civil homoafetivo	980
11. União poliafetiva	980

CAPÍTULO 37 – Alimentos, Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

1. Alimentos	983
1.1. Espécies de alimentos	983
1.2. Possibilidade e necessidade	985
1.3. Proporcionalidade	985
1.4. Características dos alimentos.....	985
1.4.1. Irrepetibilidade	986
1.4.2. Irrenunciabilidade	987
1.5. Duração dos alimentos	987
1.6. Quantificação dos alimentos	988
1.7. Revisão dos alimentos.....	989
1.8. Prestação de contas.....	989
1.9. Cessação dos alimentos	990
1.10. Indignidade	990

2.	Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada	991
2.1.	Tutela.....	991
2.1.1.	Nomeação do tutor.....	992
2.1.2.	Tutela testamentária	992
2.1.3.	Tutela legítima.....	992
2.1.4.	Tutela dativa.....	992
2.1.5.	Tutor único para irmãos.....	993
2.1.6.	Incapacidade para tutela.....	993
2.1.7.	Escusa da tutela	993
2.1.8.	Protutor	994
2.1.9.	Exercício da tutela	994
2.1.10.	Cessação da tutela	994
2.2.	Curatela	995
2.2.1.	Posicionamento da matéria	995
2.2.2.	Distinção entre tutela e curatela	996
2.2.3.	Curatela do menor.....	996
2.2.4.	Interdição.....	996
2.2.5.	Limites da curatela	997
2.2.6.	Exercício da curatela	997
2.2.7.	Cessação da curatela e levantamento da interdição	997
2.2.8.	Curatela das pessoas com deficiência	998
2.3.	Tomada de decisão apoiada	999

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO 38 – Sucessões

1.	Direito hereditário.....	1005
2.	Fundamento da heranç�a.....	1006
3.	Crítica � heranç�a.....	1006
4.	Espécies de sucessão.....	1008
5.	Princípios do direito sucessório	1008
6.	Heranç�a	1008
7.	Capacidade para suceder	1009
7.1.	Comoriência	1010
7.2.	Nascituros e concebidos	1010
7.3.	Curador de ventre	1010
7.4.	Prole <i>post mortem</i>	1011

7.5. Prole eventual	1012
7.6. Sucessora pessoa jurídica	1012
7.7. Ao tempo do óbito.....	1013
8. Abertura da sucessão	1013
9. <i>Droit de saisine</i>	1013
10. Aceitação da herança	1014
11. Aceitação direta e indireta	1014
12. Benefício de inventário	1015
13. Renúncia da herança	1015
14. Herança jacente	1016
15. Herança vacante	1017
16. Indignidade.....	1017
17. Deserdação	1020

CAPÍTULO 39 – Sucessão Legítima

1. Sucessão legítima	1023
2. Herdeiros legítimos	1023
3. Herdeiros necessários	1024
4. Proteção da legítima	1024
5. Cálculo da legítima	1025
6. Redução das liberalidades	1025
7. Colação	1026
8. Modos de suceder	1026
8.1. Sucessão <i>jure propria</i>	1026
8.2. Sucessão <i>jure representationis</i>	1027
8.3. Sucessão <i>jure transmissionis</i>	1028
9. Modos de partilhar a herança	1028
10. Vocação hereditária	1028
11. Sucessão do <i>cônjuge</i>	1029
11.1. Concorrência com os descendentes.....	1029
12. Sucessão do companheiro	1032
13. Multiparentalidade	1034

CAPÍTULO 40 – Sucessão Testamentária

1. Testamento	1037
2. Conteúdo existencial do testamento.....	1038
3. Natureza jurídica do testamento	1039

4.	Capacidade para testar	1040
5.	Formalismo no testamento.....	1041
6.	Espécies de testamento.....	1042
6.1.	Testamento público	1042
6.2.	Testamento cerrado	1042
6.3.	Testamento particular	1043
6.4.	Testamento marítimo, aeronáutico e militar	1044
6.5.	Testamento nuncupativo	1045
6.6.	Codicilo	1045
6.7.	Legado	1045
6.7.1.	Liberalidade	1046
6.7.2.	Sucessão a título singular	1046
6.7.3.	Fonte testamentária	1047
6.7.4.	Espécies de legado.....	1047
6.7.5.	Pagamento do legado.....	1048
6.7.6.	Extinção e caducidade do legado	1049
7.	Disposições testamentárias	1049
7.1.	Nomeação de herdeiro ou legatário	1050
7.2.	Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade	1051
8.	Interpretação do testamento	1051
9.	Substituição testamentária.....	1052
9.1.	Substituição ordinária.....	1052
9.2.	Substituição recíproca	1053
9.3.	Fideicomisso	1053
9.4.	Conversão legal em usufruto	1054
9.5.	Distinção em relação à deixa em favor de prole eventual	1055
9.6.	Propriedade resolúvel do fiduciário.....	1055
9.7.	Transmissão dos bens ao fideicomissário	1056
9.8.	Fideicomissário ainda não concebido ao tempo da substituição	1056
9.9.	Falecimento do fiduciário.....	1057
9.10.	Falecimento do fideicomissário	1057
9.11.	Caducidade do fideicomisso	1057
9.12.	Fideicomisso <i>inter vivos</i> ?	1058
10.	Direito de acrescer.....	1058
11.	Testamenteiro	1059
11.1.	Aceitação do testamenteiro	1060
11.2.	Função indelegável	1060

11.3. Testamenteiro universal x particular	1060
11.4. Atribuições do testamenteiro	1061
11.5. Prêmio ou vintena	1061
11.6. Renúncia do testamenteiro	1061
11.7. Cessação da testamentaria	1062
12. Revogação do testamento	1062
12.1. Revogação expressa	1062
12.2. Revogação tácita	1063
12.3. Rompimento do testamento	1063
12.4. Caducidade do testamento	1064
12.5. Invalidez do testamento	1064
12.6. Prazo para invalida�o	1064

CAPÍTULO 41 – Inventário e Partilha

1. Inventário	1067
1.1. Inventário extrajudicial	1067
1.2. Inventário judicial	1068
1.3. Inventário negativo	1068
1.4. Inventariante	1069
1.4.1. Administra�o provisória da herança	1069
1.4.2. Nomea�o do inventariante	1069
1.4.3. Atribui�es do inventariante	1070
1.4.4. Remo�o do inventariante	1070
1.5. Processamento do inventário	1070
2. Partilha	1071
2.1. Espécies de partilha	1071
2.1.1. Partilha amigável	1072
2.1.2. Partilha judicial	1072
2.2. Partilha em vida	1072
2.3. Anula�o da partilha	1072
2.4. Garantia dos quinhões hereditários	1073
3. Sonegados	1073
4. Peti�o de herança	1074

<i>�ndice alfabético-remissivo</i>	1075
<i>Bibliografia</i>	1097